

HISTÓRIA E MEMÓRIA DAS DITADURAS IBÉRICAS¹

HISTORY AND MEMORY OF IBERIAN DICTATORSHIPS

Carla Luciana Silva e Gilberto Calil²

Resumo: O artigo discute algumas questões historiográficas sobre História e Memória das ditaduras a partir da realidade atual europeia. Enfoca o processo de ruptura das ditaduras portuguesa e espanhola sobre a história daqueles países e sobre o papel que essas interpretações possuem no campo da memória. A memória é entendida sob a ótica dos embates sociais que se realizam em torno dela. A saída desses embates é a leitura histórica dos próprios conflitos históricos.

Palavras-chave: Memória, Franquismo, Salazarismo.

Abstract: The article discusses some historiographical issues about History and Memory of dictatorships from the current European reality. It focuses on the collapse process of Portuguese and Spanish dictatorships on the history of those countries and on the role that these interpretations have in the field of memory. The memory is understood from the perspective of social struggles that are performed around it, for which ones the exit is the historical reading of their own historical conflicts.

Keywords: Memory, Franquism, Salazarism.

O objetivo desse texto é apresentar brevemente algumas questões norteadoras do debate em torno da problemática “história e memória das ditaduras”, a partir da experiência europeia, mais propriamente da Península Ibérica. Pensar sobre a relação entre história e a memória

em Portugal e na Espanha pode ajudar a problematizar a questão para a realidade brasileira. O eixo está em ver como os países que viveram ditaduras forjaram sua transição e como lidam com o legado histórico passado. Percebe-se que o

¹ Projeto de pesquisa Estado e memória: políticas públicas da memória da ditadura portuguesa (1974-2009. PTDC-HIS/121001/2010).

² Estas reflexões são resultantes do estágio de Pós-Doutorado desenvolvido por Carla Luciana Silva junto à Universidade Nova de Lisboa, com bolsa da Fundação Araucária e do estágio de Pós-Doutorado desenvolvido por Gilberto Calil junto à Universidade do Porto, com bolsa da CAPES. Email para contato: carlalusi@gmail.com; gilbertocalil@uol.com.br

HISTÓRIA E MEMÓRIA DAS DITADURAS IBÉRICAS

passado vai sendo instrumentalizado por visões e posições políticas do presente.³ Há, nesse campo de embates, memórias em disputa e em conflito. Por isso, pensar a memória obriga a situar a história na qual ela se produz.

Portugal

A questão da memória em Portugal está diretamente relacionada aos avanços que se processam no campo da pesquisa histórica. O desenvolvimento de estudos históricos impulsiona o avanço no conhecimento sobre a ditadura salazarista em suas mais diversas dimensões. Ao mesmo tempo em que estas pesquisas são uma resposta a anseios sociais mais amplos e só podem ser compreendidas no contexto das mobilizações que se seguiram à Revolução dos Cravos, também fornecem elementos importantes para que os sujeitos sociais se posicionem frente aos embates sociais em torno da memória. Segundo o historiador Fernando Rosas, isto se dá no contexto de uma

Disputa pela memória enquanto valor legitimador do sentido a dar aos dias de hoje, ou enquanto valor retrospectivamente legitimado pelas prioridades atuais. Seja como for, e por maior rigor acadêmico que se deva emprestar à sua abordagem, este há de ser, por muito tempo, um terreno onde se defrontam hegemonias contraditórias quanto à coerência global a criar. A memória da violência traz sempre consigo, de alguma forma, a violência da memória.⁴

Ou seja, trata-se de um embate

político concreto de posições sociais em disputa que vão configurar as distintas formas que a memória vai assumir. Assim, as interpretações sobre a ditadura estão em conexão com o posicionamento dos investigadores, opondo estudos com perspectivas mais condescendentes, amenizadores e relativizadores e outros que expressam uma posição crítica que se recusa a buscar e isolar “aspectos positivos” do salazarismo ou ainda a análise de peculiaridade pessoais do ditador dissociadas de qualquer interpretação geral do sentido da ditadura, como ocorre por exemplo em abordagens jornalísticas que apresentam Salazar como um homem que “amava as mulheres”.⁵

Ilustrativo a respeito deste embate é a recente polémica em torno da obra do conhecido historiador Rui Ramos⁶, que segundo a crítica do historiador Manuel Loff, Ramos relativiza a natureza do salazarismo, “*banalizando-a, fazendo com que se confunda com experiências históricas que lhe são absolutamente estranhas*”, com implicações sociais e políticas inequívocas:

O debate sobre a representação das experiências ditatoriais contemporâneas é, além de todo o resto, um debate central na definição das nossas identidades coletivas. Aqui como na Alemanha, em Itália, em Espanha. Não perceber o seu caráter excepcional, moderno, intrinsecamente violento e opressivo, e, portanto, claramente recidivo, é não perceber nada da história

³ Não trataremos aqui da memória que envolve as Guerras Mundiais, sobre o que há abundante material a investigar.

⁴ ROSAS, Fernando. *Vítimas de Salazar*. Estado Novo e violência política. (Prefácio) 3ª ed. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007. P. 16

⁵ CABRITA, Felícia. *Os amores de Salazar*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, CABRITA, Felícia. *As mulheres*. Lisboa, Editorial Imprensa, 1999.

⁶ RAMOS, Rui. *História de Portugal*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009.

do séc. XX.⁷

Também a memória da Revolução vai depender de que perspectiva se analisa, chegando alguns autores a vê-la como mera transição, e não como revolução,⁸ como indica criticamente Raquel Varela.

Buscamos aqui apontar alguns elementos para visualizar as formas desses embates da memória em Portugal, o que faremos em dois momentos: a recuperação de uma concepção histórica própria ao fascismo e ao colonialismo, incluindo-se aí uma visão sobre o Brasil; o embate em torno do processo da Revolução dos Cravos e da Ditadura de Salazar.

O visitante que chega a Lisboa vai logo perceber entre suas atrações turísticas, beirando o Tejo, junto ao Mosteiro dos Jerônimos e à Torre de Belém, um monumento de grande porte erigido em 1960, “quando se celebrou o 5º centenário da morte do Infante D Henrique”,⁹ o grande estudioso e planejador das navegações. Trata-se do “Padrão dos descobrimentos”. O material de divulgação dessa atração turística guarda grandes homens e grandes datas, com uma cronologia dos “descobrimientos portugueses”, sem qualquer alusão a relações sociais que se estabeleceram nas suas colônias. Impõe-se a presença de toneladas de concreto armado que aludem a uma imensa caravela repleta de “heróis”, os técnicos navegadores e seus intelectuais,

incluindo Luiz de Camões.

Em Coimbra, uma das cidades com maior tradição universitária e cultural de Portugal, uma das mais divulgadas atrações turísticas é o parque temático chamado “Portugal dos Pequenitos”. Segundo definição oficial,

O Portugal dos Pequenitos é desde 8 de Junho de 1940, data da sua inauguração, um parque lúdico-pedagógico destinado essencialmente à Criança. Nascido pela mão e pelo génio de Bissaya Barreto¹⁰ e projectado pelo arquitecto Cassiano Branco, integra desde 1959 o património da Fundação Bissaya Barreto, que tem como patrono este ilustre Professor.

Retrato vivo da portugalidade e da presença portuguesa no mundo, o Portugal dos Pequenitos é ainda hoje um referencial histórico e pedagógico de muitas gerações.

Para além de ser um espaço de aproximação de culturas e de cruzamento entre povos, o Portugal dos Pequenitos é também uma mostra qualificada da arte escultórica e arquitectónica que, pela miniatura e pela minúcia, ainda hoje encantam crianças, jovens e adultos.¹¹

Destaca-se um setor do parque, de construção tardia, com representações relativas às colônias portuguesas (Brasil, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Macau, Goa e

⁷ LOFF, Manuel. As formas e o fundo de uma polémica. Disponível em <http://entreasbrumasdamemoria.blogspot.com.br/2012/09/manuel-loff-as-formas-e-o-fundo-de-uma.html>, consultado em 3.12.2012.

⁸ VARELA, Raquel. (coord) Revolução ou transição: história e memória da Revolução dos cravos. Lisboa, Bertrand, 2012.

⁹ Padrão dos Descobrimientos. Folder de divulgação. EGEAC. Câmara Municipal de Lisboa, 2012.

¹⁰ Fernando Baeta **Bissaya-Barreto** foi contemporâneo de Oliveira Salazar na Universidade de Coimbra e se declarava como um de seus maiores admiradores, tendo ocupado posições de destaque sob a ditadura salazarista: “*fez parte (1932) da Comissão Central da União Nacional, juntamente com Manuel Rodrigues, Armindo Monteiro, Lopes Mateus, e sob chefia de Salazar, foi, ainda, Presidente da Junta de Província da Beira Litoral, procurador à Câmara Corporativa e, ao longo do tempo, desenvolveu uma importante acção (sic) no campo social e da saúde pública*”. http://pt.wikipedia.org/wiki/Fernando_Baeta_Bissaya_Barreto_Rosa, consultado em 3.12.2012.

¹¹ <http://www.portugalDOSpequenitos.pt/index.php/Historia.html>, consultado em 3.12.2012.

HISTÓRIA E MEMÓRIA DAS DITADURAS IBÉRICAS

Timor). Em construções pretensamente típicas, são expostos produtos advindos destes países, em uma perspectiva folclórica e culturalista. A visão oficialista do Parque mostra os países como amigos e ressalta apenas os “produtos” - vidros e cestos com sementes, minérios e grãos, que aparecem como fruto da amizade dos países, e não como expressão de exploração colonial, que só foi superada através da resistência e insurreição africana que deu lugar à Guerra de Libertação (designada como “guerra colonial” pelos salazaristas.¹² Este setor foi inaugurado no final da década de 1950, momento em que se acumulavam tensões e contradições no interior das colônias portuguesas, e se reafirmava a disposição da ditadura em manter as colônias a ferro e fogo. No monumento dedicado a Moçambique lemos:

Quando Vasco da Gama ia em demanda da Índia, depois de dobrar o Cabo da Boa Esperança, ancorou em vários pontos da África Oriental e descansou naquela pequena ilha de Moçambique, que oferecia bom abrigo. Depois disso, as naus portuguesas da carreira da Índia, fizeram de Moçambique e dos portos daquela costa os seus ancoradouros consumados, onde tratavam com os indígenas, abriram-lhes o caminho da civilização.¹³

Há um evidente e assumido discurso civilizacional, que legitima a colonização portuguesa – e consequentemente a continuidade da espoliação colonial em pleno andamento quando de sua inauguração. A lógica civilizatória característica da ideologia

imperialista do século XIX seguia sendo exaltada, sem qualquer processo crítico em pleno século XX, não apenas com a criação da “pedra-monumento” em 1940, como pela expropriação primária que Portugal seguia fazendo de suas colônias africanas. Segundo Mateus, “na sociedade colonial, ao africano estava reservado um cotidiano de violência. Com os movimentos limitados, era mão-de-obra barata e pagador de impostos, estava submetido ao arbítrio das autoridades coloniais, sujeito a julgamentos sumários e a medidas discriminatórias ou mesmo vexatórias”.¹⁴ Nada disso aparece na exposição. Ao contrário, a memória que se constrói coloca a história como parte da natureza: as sementes, os minérios, os “indígenas” e a ação do “ultramar” português. Tanto assim que durante o salazarismo as colônias eram nomeadas como “ultramar”, ou seja, como seqüência natural (pelo menos no discurso) do território português. Os conflitos, a resistência africana e a guerra colonial são atualmente discutidos e problematizados em vários trabalhos históricos de perspectiva crítica, mas permanecem inteiramente ocultados na visão laudatória e naturalizadora propagada pelo Parque.

A sala sobre o Brasil, por sua vez, difunde uma visão caricata das viagens de “descobrimento”, com um imenso cartaz na entrada: “achando o Brasil”, reproduzindo teatralmente a chegada das caravelas e apresentando “índias” em trajes de banho. Novamente a perspectiva é a da “missão civilizatória” e os conflitos são sistematicamente apagados.

No final do Parque há um monumento de pedra erigido “em nome da memória”, onde se lê a inscrição: “num passado renovado projeta-se o futuro”.

¹² MATEUS, Dalila Cabrita. A PIDE/DGS na Guerra colonial 1961-1974. 2ª ed. Revista e aumentada. Lisboa, Terramar, 2004.

¹³ Moçambique. Monumento histórico. Portugal dos Pequenitos. Coimbra.

¹⁴ MATEUS, Op. Cit., p. 93.

Este monumento foi inaugurado em 2003, portanto quase duas décadas depois da derrubada da ditadura, o que demonstra a continuidade do esforço ideológico para a naturalização da ditadura e do colonialismo, sob coordenação de uma Fundação que reivindica a continuidade da perspectiva de Bissaya Barreto.¹⁵ Assim, há uma autorização implícita de que o passado (história) possa ser reescrito (“renovado”), de acordo com os desejos do presente, fundamentado teleologicamente no futuro. Pergunta-se qual seria esse passado renovado, situando-se em um espaço construído para uma pedagogia da ditadura salazarista. O monumento é composto ainda por uma alegoria de uma família que caminha carregando um bebê, harmonicamente, como vemos na fotografia abaixo.



Fotografia: Dos Autores.

Os riscos de se deparar com uma história cristalizada vão além da simples exaltação dos símbolos do colonialismo. É o que nos parece estar no Museu dos Brinquedos de Seia, onde está reconstituída uma escola “de antigamente”, em que podem ser vistos os símbolos do salazarismo, como a imagem do próprio Salazar acompanhada de um crucifixo.



Fotografia: Escola durante o Estado Novo. Museu de Seia.

¹⁵ Fundada em 1958 e tendo como lema “Façamos felizes as crianças da nossa terra”, a Fundação Bissaya Barreto é a mantenedora responsável pela gestão do Portugal dos Pequenitos e de outros equipamentos culturais, como a Casa Museu Bissaya Barreto, tendo sido indicada como herdeira universal dos bens e propriedade por vontade testamental de Bissaya Barreto. Conforme <http://www.fbb.pt/index.php>, consultado em 3.12.2012.

É possível que a intenção do museu, ao reconstituir uma escola dos tempos de Salazar, tenha sido mostrá-la como era, indicando como a educação restringia a liberdade de expressão, desde a organização do espaço até ao conteúdo ensinado. No entanto, não expõe claramente uma perspectiva de análise, pode ensinar uma compreensão antagônica.

HISTÓRIA E MEMÓRIA DAS DITADURAS IBÉRICAS

A questão é pensar se os visitantes terão condições de perceber isso apenas observando o cenário montado, tendo em vista a inexistência de informações complementares que permitam que o visitante situe, contextualize e questione essas práticas escolares e suas articulações mais amplas.

Isso nos coloca um problema anunciado por Vinyes, que diz, em alusão às pedras monumentais, que elas podem ser “dialógicas”, ou seja, dar lugar a vários pontos de vista. Mas, ressalta ele, não se trata de apenas “versões” da história, e sim sobre a forma que se dá voz aos fascistas, torturadores, assassinos, os mesmos devem ser indicados como tal. É preciso retirá-los do “desaparecimento” (momentâneo) a que se auto-inflingiram e que serve de proteção para suas atrocidades. Vinyes é muito claro, tratando do fascismo espanhol, ao dizer que discutir a memória não pode apagar a história e os mortos, o que foi o regime e a ditadura.¹⁶

No Centro de Interpretação À Descoberta do Novo Mundo, na cidade de Belmonte, voltamos a encontrar referência ao “descobrimento” do Brasil. O texto disponível na página eletrônica anuncia: “Uma Terra, um Oceano, uma Epopéia, um Novo Mundo... Em Belmonte iniciou-se a gênese da Descoberta do Novo Mundo. Terra de marinheiros e de aventureiros, aqui nasceu Pedro Alvares Cabral o descobridor do Brasil”. Então, os elementos discursivos que são debatidos e criticados no ensino de história do Brasil,¹⁷ seguem sendo propagados acriticamente como forma de divulgação pública da

história em Portugal. Podemos ver isso na forma que o museu apresenta sua exposição, “com o intuito de homenagear este importante capítulo da História Mundial”, a história é vista como um ato cenográfico ou um capítulo de um livro.

Localizado nas antigas casas pertencentes à família Cabral, o espaço museológico será um novo pólo de centralidade cultural e social. (...) Trata-se de um projecto interactivo, de sensações e afectos que transportará o visitante para uma história de 500 anos de construção de um país e da Portugalidade.

Ao longo da estratégia expositiva iremos abordar a história dos descobrimentos portugueses enquanto elemento unificador dos Novos Mundos, a viagem da Descoberta do Brasil, o desenvolvimento e a construção de uma nação irmã, a Portugalidade, etc...

É um projecto único em Portugal no qual serão usadas as mais recentes tecnologias interactivas ao serviço da museografia, de forma a envolverem os visitantes num *mundo de sonho*, *sensações e afectos*.¹⁸

A concepção de “descobrimento”, de “achamento” traz consigo a ideia de sensações e afetos. De fato, trata-se de um belo museu, com inúmeros recursos interativos e farta utilização da tecnologia moderna. Na exposição é possível ouvir samba, jogar capoeira e ver castanhas sendo quebradas. Mas o sentido que está proposto é o da construção da “portugalidade”, constituindo-se uma visão cristalizada europocêntrica e colonialista, de sentido “civilizatório”. Assim se reconstrói e alimenta a memória sobre um Portugal forte e desbravador. Podemos, na mesma cidade, visitar o túmulo de Cabral, uma demonstração de que os corpos dos

¹⁶ VINYES, Ricard. Asalto a la memoria. Impunidades y reconciliaciones, símbolos y éticas. Barcelona, Los libros del lince, 2011.

¹⁷ Cf. ORLANDI, Eni Pulcinelli. Terra à vista. Discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo, Cortez, 1990.

¹⁸ <http://www.cm-belmonte.pt/indexadnm.html>. , consultado em 3.12.2012. Museu de Belmonte, Portugal. Grifo nosso.

“heróis” não caem no esquecimento. São programas turísticos e culturais, que recebem pesados investimentos públicos, como se evidencia no Centro de Interpretação à Descoberta do Novo Mundo, com a peculiaridade de que, ao contrário do Portugal dos Pequenitos, sua construção é recente, tendo sido inaugurado em 2009, o que indica que tais concepções conservadoras não estão confinadas no passado nem são meramente residuais, mas seguem sendo propagadas e reafirmadas.¹⁹

Em Santa Comba Dão, cidade natal de Antonio de Oliveira Salazar, encontramos uma tentativa de reativação da memória do Estado Novo. O mais emblemático talvez seja a criação de uma marca de “vinhos e embutidos – Memórias de Salazar”. Percebemos o embate da memória envolvendo uma disputa acirrada sobre a história recente portuguesa, que é a Revolução de Abril de 1974, processo revolucionário que foi desencadeado com a derrubada da ditadura salazarista, então comandada por Marcelo Caetano. Recentemente, em 2009, o Largo central da cidade foi renomeado com a inauguração da placa comemorativa: “Largo Dr Salazar (1889-1970). Prof. Universitário-Estadista”, que ocorreu justamente no dia de 25 de abril –

¹⁹ Embora transcenda o escopo deste artigo, é interessante observar a ressonância destas concepções no Brasil. A página do Centro de Interpretação inclui um link da visita da apresentadora Ana Maria Braga, com matéria exibida no programa “Mais Você” da Rede Globo de Televisão. Também encontramos na cidade de Porto Seguro um equipamento museológico recentemente inaugurado designado de forma praticamente idêntica ao de Belmonte – Memorial da Epopeia dos Descobrimentos -, e partilha uma concepção histórica muito semelhante, como se pode ver nas explicações e “informações” do monitor em uma visita guiada disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=uHRcTPIEzMY>, consultado em 3.12.2012.

aniversário da Revolução dos Cravos e feriado nacional. O jornal *Correio da Manhã* realizou uma pesquisa, publicada no dia 22/4/2009: “25 de abril. Inauguração do largo Salazar é provocação?”. Dois editores do próprio jornal manifestam sua opinião, pretendendo expressar pluralidade:

Sim. Mais do que uma provocação, é uma ofensa aos portugueses que lutaram contra a ditadura. Num país livre e democrático, Salazar pode ter os largos, as esquinas, as ruas e as vielas que o poder local lhe queira atribuir. Mas no dia da Revolução é do mais profundo mau-gosto. Paulo Joao Santos. Editor de fecho

Não. Quase 40 anos após a sua morte, o ditador português é, nas qualidades e defeitos, uma figura histórica como os mais cruéis e impiedosos D João II e marquês de Pombal. Santa Comba Dão tem todo o direito de dar o seu nome a um largo em qualquer dia do ano. Leonardo Ralha. Editor de Cultura & Multimedia.²⁰

Estabelece-se assim uma a aparência de equidade. Essa questão voltaria várias vezes, mas o peso maior pende para o lado do “não”, de que não há nada de errado, pois mesmo o editor que se manifesta contrário à inauguração ressalva apenas a data inapropriada, expressando claramente que, provocação à parte, Salazar *pode* (sic) ter todos os largos que o poder local quiser lhe atribuir, pressupondo portanto que não há nada errado que o poder local homenageie o ditador, se assim o *quiser*. Ainda destaca a fala da autoridade política da cidade, que garante “que é uma 'coincidência' o largo ser inaugurado a 25 de Abril”.²¹

Apesar de mencionar a crítica de Antonio Vilarigues, membro da União de

²⁰ Correio da Manhã, Lisboa, 22/4/2009, p. 2.

²¹ Correio da Manhã, Lisboa, 22/4/2009, p. 26.

HISTÓRIA E MEMÓRIA DAS DITADURAS IBÉRICAS

Resistentes Antifascistas Portugueses, que afirma que a inauguração “É uma provocação e um atentado aos ideais de Abril” e também “atitude de muito mau gosto”, o tom geral é de naturalização da homenagem ao ditador: “o presidente da Câmara alega 'coincidência', e ressalta o caráter de festa, com distribuição de lanche de 'porco no espeto' grátis à população”. Diz o jornal que “João Lourenço, o autarca 'não vê mal algum' e que realiza 'num dia especial de festa para o povo português'. Refuta 'por completo' que o ato seja provocatório. Salienta que 'bem pior' seria inaugurar o largo a 28 de abril, data de nascimento do ditador. 'Ai sim, poderiam dizer que se tratava de uma homenagem. É imperioso exorcizar os fantasmas do passado'. Conclui João Lourenço”. Demarca-se outra vez o campo da memória em disputa, e que busca apenas o que lhe interessa do passado.

O jornal, em meio à cobertura destaca: “Opiniões dividem-se. Largo Dr Salazar. A inauguração da requalificação do Largo Dr Salazar, no 35º aniversário do dia que simboliza o derrube do regime fascista está a dividir opiniões, com uns a acharem a coincidência lamentável e outros natural.”²² Assim, em sua conclusão o jornal expressa que mesmo os opositores aceitariam a tese da coincidência, ainda que a considerassem lamentável. A inauguração foi efetivada e o Largo segue com o nome do ditador, como vemos na fotografia abaixo:



Fotografia realizada em Santa Comba Dão (Portugal), fevereiro de 2012.

Além disso, o município alenta a expectativa de promover o “turismo histórico”, investindo na criação e registro da “marca-Salazar”, cujo primeiro produto proposto é o vinho “Memórias de Salazar”. Para além de seu aspecto ridículo e folclórico, e esse fenômeno deve ser pensado como incômoda persistência da ditadura, através dos gostos e sentimentos, ainda que o lançamento do vinho tenha encontrado contratempos, tendo seu registro sido negado pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial, “*por ser 'susceptível de ferir a consciência colectiva' e porque uma marca não pode conter 'elementos contrários à moral e ordem pública ou ofensivos da legislação nacional e comunitária'*”,²³ decisão que será contestada judicialmente pelo autarca de Santa Comba Dão, que anuncia solicitação de registro de um novo nome – “Vinhas de Salazar.”²⁴

²³ <http://www.ionline.pt/portugal/inpi-ja-autorizou-no-ano-passado-vinho-nome-salazar>, consultado em 3.12.2012.

²⁴ Além de argumentar que em 2011 o mesmo Instituto aprovou a patente para o vinho “Terras de Salazar”, que só não chegou a ser lançado em virtude da falência do detentor da marca, a Autarquia “*apela para o 'bom senso e maturidade democrática'* do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)”. <http://www.ionline.pt/portugal/chumbada-marca-vinho-nome-salazar>, consultado em 3.12.2012.

²² Correio da Manhã, Lisboa, 23/4/09, p. 27.

No *Correio da Manhã* – jornal de maior tiragem diária de Portugal -, a visão naturalizada prevalece, e foi reforçada na cobertura que se sucedeu à inauguração do Largo. A manchete é: “População enche largo Salazar. População festejou obras de requalificação e a polémica não foi além do que é habitual”²⁵. Portanto, a questão aperece ao jornal como absolutamente natural, algo a ser simplesmente aceito. A matéria informa ainda que um admirador da “obra de Salazar” teria feito a “distribuição de calendários com o foto do ditador e de Marcelo Caetano, 'uma iniciativa de um empresário de Torres Novas'. Diz que esse homem também já havia feito isso no ano anterior, que apenas teve que diminuir a quantidade, gastando 700 euros para imprimir 3 mil folhetos, ano passado foram 150 mil (!!!)”. Além dele, destaca ainda o jornal: “Um jovem de Santa Comba Dão considera Salazar uma pessoa importante, que fez coisas boas e más, mas não deixa de ser uma pessoa da terra”. Não há ninguém entrevistado que diga o contrário, embora não exista de fato esse consenso em torno de Salazar, como bem mostra Manuel Loff.²⁶

ESPANHA

De partida a situação coloca-se no Estado Espanhol de forma muito distinta, em decorrência de ter passado por uma transição controlada e não por um processo revolucionário, como é o caso de Portugal. Assim, enquanto em Portugal a designação de um Largo com o nome do ditador é uma

exceção, na Espanha é muito comum encontrarmos ruas com o nome do ditador Francisco Franco, muitas delas com a alcunha de “generalíssimo”. O elemento novo é que nos últimos anos há uma “explosão de memória”, com acesos debates, novas investigações e a descoberta de inúmeras fossas clandestinas com corpos de militantes antifascistas. Mas neste contexto, faz-se presente também, e de forma virulenta, uma memória fascista, acalentada pelos saudosistas do regime, muitos dos quais não foram atingidos em suas posições durante a transição “pactuada”. Assim, em uma situação radicalmente distinta do que ocorreu no Portugal revolucionário, no Estado Espanhol estátuas de Franco foram erigidas mesmo depois do fim da ditadura franquista.

A retomada da memória dos republicanos, as denúncias dos crimes do franquismo e as investigações desenvolvidas nos anos 1990 não abafaram a memória franquista, mas, pelo contrário, geraram reações igualmente fortes dos apoiadores de Franco, do fascismo e da ditadura. É importante salientar que a ditadura franquista teve como um de seus grandes objetivos destruir a memória da II República Espanhola. O silenciamento obrigatório imposto pelo poder das armas veio acompanhado pelas práticas de ocultamento e esquecimento (no nível público) sobre o passado de lutas e conquistas democráticas espanholas, fazendo prevalecer a estratégia da amnésia imposta²⁷. Posteriormente à morte de Franco esse processo continuaria com seus seguidores, ocupando as vastas brechas deixadas livres pela transição

²⁵ *Correio da Manhã*, 26/4/2009, p. 31

²⁶ LOFF, Manuel. *Coming to Terms with the Dictatorial Past in Portugal after 1974: silence, Remembrance and ambiguity*. TROEBST, Hrausgegeben, BAUMGATTL, Mitarbeit. *Postdiktatorische Geschichtskulturen im Süsen und Osten Europas*. Wallstein Verlag, Göttingen, 2010.

²⁷ CUESTA, Josefina. *La odisea de la memoria. Historia de la memoria en España. Siglo XX*. Madrid, Alianza Editorial, 2008. Cap. 4. p. 145.

conservadora.

De 1936 a 1975 principia a construção da memória franquista, imposta violentamente pela ditadura, que vai “cimentar o próprio poder sobre as recordações da Guerra Civil”.²⁸ Por decisão do ditador Francisco Franco em 1940 começou a ser construída a Basílica de Santa Cruz, onde se localizaria o “Valle de los Caídos”. Trata-se de um exemplar lugar de memória, que dá lugar a imensos debates e questionamentos. Segundo Cuesta, é um mausoléu, para onde “seriam levados os restos de muitos dos defensores do regime militar e do próprio fundador da Falange Espanhola, José Primo de Rivera, e do regime, Francisco Franco”.²⁹ O visitante que entrar na basílica poderá defrontar-se com ampla simbologia medieval que culmina em imensa cúpula encravada na montanha. Em posição central, sob o altar, encontraremos as lápides de Francisco e José. O ditador e o grande ideólogo do fascismo espanhol, assimilados à mística católica, diluídos como simples homens de bom coração, tão bom que tornam-se o discreto ponto culminante de uma basílica que pode ser vista há muitos quilômetros de distância.

Quando da sua construção, o Estado espanhol decidiu que ela deveria ser realizada com recursos “privados”, não diretamente estatais. Para isso “se destinaram os fundos que sobraram da denominada ‘subscrição nacional’, ou seja, os aportes materiais voluntários feitas para financiar o ‘bando nacional’ durante a guerra”.³⁰ Assim, o dinheiro privado usado para financiar os “nacionalistas”, ou seja, os apoiadores de Franco e da guerra civil,

passa a ser usado para criar um lugar onde sua memória pudesse vir a ser cultuada. Trata-se literalmente de culto, pois o espaço conta com uma basílica, onde se realizam missas e atividades religiosas diversas, com total apoio/cumplicidade da Igreja Católica. Além disso, foram usados recursos de loterias feitas especialmente para esse fim, o que demonstra que acabou existindo uma base popular de sustentação do projeto, com interferência do Estado. Foi utilizada também, em grande número, mão de obra de apenados que ficavam assim obrigados a trabalhar de graça para a construção da obra.

Os próprios construtores sabiam que o lugar seria alvo de polêmica, sobretudo porque colocaria no centro do debate a Guerra Civil Espanhola, recuperando a visão franquista. Segundo eles, a concepção em torno de uma cruz traria uma simbologia que “conectava com a necessidade de cicatrizar feridas, depor antagonismos e voltar a se encontrar juntos”. A cruz seria “unificadora, harmonizadora e pacificadora”.³¹ Seria uma obra de “memória e túmulo dos caídos”,³² que ficaria sob responsabilidade de monges beneditinos. A subida até chegar ao Valle é imponente. Após passar pelo detector de metais e sob forte vigilância, o visitante entrará no túnel de pedras encravado na montanha, com rica tapeçaria e símbolos medievais. Ao fim, encontra-se uma enorme cúpula, ladrilhada com motivos religiosos, que parecem querer aludir à Capela Sistina de Leonardo da Vinci no Vaticano. Em uma das capelas que ladeia a cúpula, lemos: “caídos por Deus e por Espanha (1936-39)”. Assim, a guerra torna-se uma obra divina. E a

²⁸ Idem, p. 185.

²⁹ Idem, p. 241.

³⁰

<http://www.valledeloscaidos.es/monumento/historia>

³¹ Idem.

³² A expressão caídos corresponde a mortos. Em linguagem de guerra, os amigos e companheiros mortos são considerados “caídos”.

memória de que os Republicanos teriam incitado o ódio religioso se faz presente, permitindo que se interprete que apenas os que “caíram” por Deus (os nacionalistas) caíram também pela Espanha. Um “santinho” pode ser trocado por uma moeda de um Euro, e nele lemos: “atende, Senhor, nossas súplicas, com as que pomos em tuas mãos os destinos do Valle de los Caídos. Preserva o caráter de lugar de culto e de cemitério de todo o recinto”.³³ Saindo da cúpula, olha-se o caminho percorrido e a vista vai longe, num túnel de luz segurado por vários arcos, que seguem uma iluminação que pretende tornar o local envolvente, fazendo os indivíduos sentirem-se pequenos.



Valle de los Caídos. Fotografia dos autores, agosto de 2012.

Oficialmente, o lugar pretende na atualidade ser um espaço religioso e cultural, abdicando formalmente de qualquer posição política. Entretanto, junto ao local funciona um Centro de Estudos Sociais que se dedica ao estudo da Doutrina Social da Igreja, o que por si só já é uma posição política. Quando, em 2011, o governo de Zapatero decide criar uma comissão para rever a característica do lugar, desenvolve-se uma imensa

campanha dos beneditinos para que não haja interferência do Estado e o lugar siga sendo de culto nacionalista. Várias falas religiosas se colocam contra o fato de que a comissão formada pelo governo seria composta por “historiadores socialistas”.³⁴ E mais uma vez o problema se coloca. Com aparência de questão religiosa, o que está em jogo, de fundo, é a disputa pela memória e pela manutenção de um lugar de memória nacionalista, que não se basta a si mesma, porque precisa destruir com a memória republicana.

Na Catalunha encontramos com maior visibilidade locais de memória crítica, de pesquisa e incentivo ao conhecimento histórico. A organização dos “Espaços de Memória”,³⁵ que promove exposições como fotografias, cartazes e outros documentos, permite aos visitantes mapear por toda a Catalunha espaços de bombardeio, de destruição e de reconstrução. Reconstrói-se a história e recupera-se o que ficou jogado ao aparente esquecimento.

A questão da memória no Estado Espanhol como um todo havia se tornado foco de discussão quando dos episódios que ficaram conhecidos como “as fossas de Franco”. O processo começa com a investigação realizada por netos de republicanos mortos pelo fascismo e que foram “desaparecidos”. Foram assassinados e enterrados em valas comuns e desconhecidas aos seus familiares. Foram assim “desaparecidos”, com o que não seria necessário o Estado responsabilizar-se pelos assassinios, porque sequer a morte era reconhecida. Quando os corpos começaram a ser localizados, começou a gerar-se uma comoção no país, que passou

³³ “Santinho” de oração do Valle.

³⁴ <http://www.religionenlibertad.com/articulo.asp?idarticulo=15771>

³⁵ Memorialdemocratic.gencar.cat

a ter que enfrentar o fato de que havia corpos de desaparecidos espalhados por todo o território.³⁶ Quando os netos informavam aos seus pais o que estavam descobrindo, muitas vezes se surpreendiam ao perceber que os mesmos já sabiam, já tinham as informações, mas que as guardavam consigo, fruto do medo do fascismo. Tudo isso acabou gerando uma “explosão de memória”, que acabou redundando também em uma contra-ofensiva daqueles que defendiam a memória de Franco e dos nacionalistas. Mais uma vez, a memória enquanto um fato social é mobilizada pelo remexer da história.

A Guerra Civil Espanhola é colocada no centro do debate. Isso se dá trazendo à tona os conflitos que levaram à própria guerra. Senão vejamos a apresentação do museu situado na cidade de Guernika, no País Basco, (a cidade violentamente bombardeada pelos nazistas e imortalizada pela obra homônima de Pablo Picasso). Em 1998 foi criado como Museu Guernika. Em 2003 sofreu uma radical transformação em sua concepção:

A partir de 2003 o museu reabre suas portas renovando seu perfil e ampliando suas possibilidades, convertendo-se em uma instituição em acordo com as necessidades do mundo de hoje. Um espaço que cresceu para transformar-se em um museu atrativo e dinâmico, um museu para sentir e viver, um cenário no qual a história, de mão à emotividade e da empatia, nos abre o caminho da reconciliação, um lugar para pensar que a paz pode ser formatada entre nós.³⁷

Ou seja, de um museu que se centrava em Guernika como símbolo da

destruição e das atrocidades do fascismo, passa a ser um “museu da paz”. Guernika foi totalmente destruída, sendo a população civil diretamente atingida, morta pela aviação alemã a serviço do bando golpista de Franco. A destruição de Guernica é abordada pelo Museu através de uma reconstrução do bombardeio, mas a perspectiva geral de defesa abstrata da paz e da conciliação dilui as responsabilidades e não articula paz e conciliação com justiça e responsabilização. Em contraposição, é importante recuperar que guerra civil é um momento em que

O ódio perde seu caráter abstrato. Não se trata de uma disposição mental ou de um sentimento que nutre determinadas oposições políticas, mas de uma pulsão que se traduz em atos. A suspensão do direito e o questionamento do monopólio estatal da violência criam o contexto que faz possível essa passagem ao ato. A guerra civil vem acompanhada sempre de uma regressão do processo civilizacional”.³⁸

Mas, os “novos tempos” propostos pelo museu exigiriam a defesa incondicional da reconciliação, de uma “superação” da tragédia que parece pressupor que a responsabilidade é coletiva – e portanto não é concretamente de ninguém. Assim, o melhor seria não remexer as feridas e qualquer discordância poderia ser encarada como revanchismo. Relega-se assim ao esquecimento o que de fato significou a guerra, como ressalta Enzo Traverso, em nome de uma reconciliação que iguala criminosos e vítimas.

³⁶ Para saber mais sobre isso: SILVA, Emilio. Las fosas de Franco. Crônica de um desagrvio. Madrid, Temas de hoy, 2003.

³⁷ <http://www.museodelapaz.org/es/historia.php>

³⁸ TRAVERSO, Enzo. A sangre y fuego. De la guerra civil europea (1914-1945) Publicações da Universidade de Valencia, Valencia. 2007. P.77.

A defesa abstrata da paz torna-se mais inconsistente e insuficiente quando atentamos para o histórico recente do Estado Espanhol. Ao mesmo tempo que nega o direito à autodeterminação de bascos, catalães e galegos, o Estado Espanhol permanece integrando a OTAN, participando de suas intervenções e sendo cúmplice de intermináveis massacres, seja nos Balcãs, no Afeganistão ou no Iraque. Em que medida um discurso justifica o outro é um problema para ser observado.

Memória: embates em torno da história

Seguindo a reflexão crítica de Vinyes, os “museus ecumênicos” - ou seja, que buscam não se comprometer, não ofender ninguém - resultam na construção de espaços altamente autoritários, “pois longe de representar a pluralidade de memórias, as diluem no relato de um êxito coletivo”, como a única memória possível, a “boa memória”. Esta diluição das memórias e conflitos transforma todos em “vítimas históricas”, em pé de igualdade, estabelecendo equivalências entre a violência revolucionária e a violência financiada e organizada pelo Estado. Nesse sentido, no Estado Espanhol há um movimento de questionamento do “dever de memória”, porque ele acaba reativando uma “boa memória”, que passa a ser oficial e que via de regra tenta fazer uma “média” entre as posições em conflito.

O grande problema é que o “dever de memória” acaba levando a um protagonismo dos governos, que tornam aceitável uma dada visão, que se torna “oficial” sobre os fatos. Então a tendência é que ocorra a dissolução dos conflitos reais e sua redução a um conjunto de leis. A memória não pode ser jogada ao campo estrito da legislação. O silêncio sobre esses

assuntos “indesejados” não é sinônimo de esquecimento, e sim de uma privatização da memória. O estado cria a sua memória e as pessoas guardam a sua no campo privado.³⁹ O que é necessário, portanto, é a criação de espaços públicos onde essas memórias privadas possam vir a tona, serem mostradas e discutidas, e não cristalizadas por algum projeto oficial.

Para encerrar esta reflexão, vale referir uma última experiência: a inesperada descoberta da “maleta mexicana”. Durante a Guerra Civil, Robert Capa, David Chim Seymour e Gerda Taro produziram mais 4.500 negativos de fotografias que alimentavam jornais no mundo todo sobre a guerra. Trata-se de fotógrafos engajados, que colocavam sua arte a serviço da denúncia das atrocidades dos “nacionalistas” e da divulgação da causa republicana. Em suas fotografias aparecem refugiados, mortos, trincheiras, famílias, a destruição, a esperança republicana. Esse material foi levado ao México, onde exilaram-se muitos refugiados republicanos e permaneceu perdido por mais de sete décadas. Recentemente, a “maleta mexicana”, com todos estes negativos, foi descoberta e produziu-se uma grande exposição e um documentário sobre ele.⁴⁰ A exposição estava em Madrid, em agosto de 2012, despertando um grande interesse. Era, novamente, uma face da memória republicana que o franquismo buscou sistematicamente enterrar e que vem sendo, com os esforços de muitos, desenterrada (literalmente, no caso

39 VINYES, Ricard. (org.) El estado y la memoria: gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia. Barcelona, RBA, 2009. p. 15.

40 La maleta mexicana. Las fotografías perdidas, y ahora recuperadas, de la Guerra Civil Española: exilio y memoria. México, Espanha, Cataluña. Trisha Ziff. 86 min.

HISTÓRIA E MEMÓRIA DAS DITADURAS IBÉRICAS

específico da maleta). Assim, a memória republicana que o franquismo quis varrer do mapa, segue viva e cada vez faz mais sentido coletivo.

Recebido em: 05/04/2013

Aceito em: 07/04/2013